

**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES DE COMISSÃO DOS PARLAMENTOS DOS 27
ESTADOS-MEMBROS E DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE DIGITAL E
ESPAÇO**

Videoconferência, 2 de março de 2022

Foram autorizados a participar os seguintes Deputados da Assembleia da República:

- Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
- Deputado Firmino Marques (PSD), Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto
- Deputado Diogo Leão (PS), Comissão de Defesa Nacional
- Deputado José Magalhães (PS), Comissão de Cultura e Comunicação

A assessoria à delegação foi assegurada pelos Assessores Parlamentares: da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, Luís Marques e da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, Filipe Luís Xavier.

Da [agenda](#) da reunião, constavam os seguintes pontos:

- Discurso de boas-vindas de Laetitia Saint-Paul, Vice-Presidente da Assembleia Nacional francesa e responsável pela coordenação da dimensão parlamentar da Presidência francesa, em nome do Presidente da Assembleia Nacional Francesa, Richard Ferrand.

Laetitia Saint-Paul, Vice-Presidente da Assembleia Nacional Francesa, declarou aberta a reunião interparlamentar, que se realizou em formato virtual, dando as boas-vindas a todos os participantes. Expressou solidariedade com o povo ucraniano e invocou a unidade dos estado-membros na defesa dos valores europeus. Abordou o impacto da crise pandémica Covid-19 no setor, descrevendo as suas consequências nefastas. Destacou a estratégia para a indústria espacial na europa e denotou, com preocupação, a gestão e a militarização do espaço.

SESSÃO I: QUE FUTURO PARA AS INDÚSTRIAS DIGITAIS E CULTURAIS EUROPEIAS?

Bruno Studer, Presidente da Comissão de Assuntos Culturais e Educação da Assembleia Nacional Francesa, salientou que o mercado da cultura é diferente dos restantes mercados e que merece especiais apoios, com o intuito de garantir a diversidade das propostas culturais. Sublinhou a importância do setor audiovisual europeu, e a sua relevância no entretenimento. Contudo, manifestou preocupação com as novas formas de produção com recurso a plataforma digital que têm colocado em causa a sustentabilidade dos modelos tradicionais de produção. Constatou, na sequência da crise pandémica Covid-19, a necessidade de proteger os direitos de autor, uma eficaz atuação sobre as plataformas digitais, um adequado enquadramento legal, e, quando necessárias, medidas económicas de apoio ao setor.

Annaïg Le Meur, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia Nacional Francesa, defendeu que o setor da cultura desempenha um papel fulcral na defesa dos valores europeus. Realçou que a cultura abarca um conjunto alargado de setores, nomeadamente artes visuais, audiovisual, videojogos, livros, música e imprensa. Face ao exposto, explicou que o setor representa uma fonte significativa de geração de rendimento, designadamente 4% do PIB da União Europeia e 7,6 milhões de empregos. Referiu que a cultura foi o segundo setor mais afetado com a crise pandémica Covid-19, logo após o setor da aviação, com uma quebra de 31% das receitas. Considerou que o setor deve ter o devido apoio e explicou as rápidas transformações que enfrenta, em particular na esfera digital e associadas formas de distribuição. Terminou frisando que a inovação é vital e que os intervenientes do setor devem promover rápidas adaptações.

Catherine Morin-Dessailly, membro da Comissão de Assuntos Culturais e Educação do Senado Francês, abordou o impacto do digital no setor da cultura, designadamente a alteração dos modelos de negócio e a entrada de novos intervenientes. Considerou que as alterações suscitadas no setor criaram maior dependência de plataformas digitais com origem fora do espaço europeu e, conseqüentemente, impuseram maior concorrência. Mencionou que a crise pandémica Covid-19 acelerou o processo de digitalização do mundo, pelo que considerou ser o momento oportuno para rever o atual enquadramento legislativo, expressando a necessidade de uma resposta

coordenada entre todas as medidas. Igualmente, abordou as questões associadas à regulação das plataformas digitais. Saliu que a cultura não é um mero bem de transação e que, pelo contrário, deve ser partilhada e não conectada, sendo imprescindível promover a igualdade de oportunidades de acesso num ambiente de diversidades culturais.

Roselyne BACHELOT, Ministra da Cultura de França, iniciou a sua intervenção dedicando uma palavra de solidariedade a todos os criadores e agentes de cultura ucranianos. Considerou que a crise pandémica Covid-19 afetou de formas distintas os dispareos setores da cultura. Porém sublinhou que a transição digital impactou de forma transversal todo o setor. Sublinhou que o incremento da concorrência entre os agentes do setor, decorrente da alteração dos usos, gerou novos riscos e realçou a importância na defesa dos interesses do património cultural europeu. Abordou as estratégias de diálogo ocorridas na França, englobando todos os parceiros, com o intuito de superar os obstáculos e fomentar uma política de inovação na cultura. Expôs a necessidade de proteger o modelo cultural tradicional europeu, preservando a sua diversidade. Defendeu o alinhamento europeu na definição de uma estratégia global para a cultura, assente em cinco princípios: acesso a financiamento; incentivo à formação e valorização de competências; afirmação da soberania europeia no contexto de transição digital; promoção da exportação de produtos culturais europeus; e acelerar a transição ecológica. Afirmou que a reunião do Conselho dos Ministros da Cultura da Europa, a decorrer no próximo dia 4 de abril, será o culminar na definição de uma estratégia europeia.

Viviane HOFFMANN, Diretora-Geral Adjunta da Direção-Geral de Educação, Juventude, Desporto e Cultura da Comissão Europeia, iniciou a sua intervenção fazendo um voto de paz na sequência dos trágicos acontecimentos que assolam a Ucrânia; deu conta da crise que o setor tem enfrentado; referiu a importância de políticas ambiciosas tendo em vista a sua recuperação e dinamização; e enunciou os diversos Programas Europeus destinados à cultura; abordou a implementação do Programa de Recuperação e Resiliência; considerou relevante a capacitação dos agentes culturais na sequência das novas formas de relação com as audiências, designadamente no contexto digital; sublinhou que, para além da vertente de apoio financeiro, a Comissão Europeia tem desenvolvido novos pacotes legislativos, nomeadamente no âmbito dos direitos de autor

e no que concerne ao novo mercado único digital europeu. Concluiu defendendo a sustentabilidade económica e a garantia de autonomia do setor na Europa.

Luc BESSON, Diretor e produtor filmográfico, Presidente do Conselho de Diretores da EuropaCorp, abordou os fundamentos da cultura e a existência de Ministérios da Cultura nos estados-membros europeus. Realçou que nos Estados Unidos da América, não existe um Ministério da Cultura: o setor é gerido pela *Motion Picture Association*, centrado num modelo económico que se pretende impor como hegemónico. Ao contrário da Europa, que detém uma herança cultural, os Estados Unidos da América usam a indústria cinematográfica para promover o seu país. Mencionou que a promoção de um filme ou outro produto cultural contribui para que, em cada 10 turistas, 5 visitem Paris. Assim, frisou que a forma mais económica de promover um país ocorre através da produção e difusão de conteúdos audiovisuais de entretenimento, e considerou ser essa a estratégia aplicada pelos Estados Unidos da América. Sublinhou que os Estados Unidos da América dominam as plataformas digitais, têm o monopólio do setor, e controlam os preços e os salários na Europa. Defendeu o desenvolvimento de uma plataforma europeia destinada à promoção e à proteção da produção cultural europeia. Concluiu, exortando a uma atuação proativa e conjunta de âmbito europeu, independentemente das diferentes abordagens dos estados-membros.

Gilles FONTAINE, Diretor do Departamento de Mercado e Informação do Observatório Audiovisual Europeu, enquadrou o setor audiovisual, mencionou a abrupta redução de receitas e explicou que a crise pandémica Covid19 apenas amplificou a anterior tendência. No que respeita à publicidade, evidenciou que a TV, com a expansão do digital, deixou de corresponder à maior fonte de financiamento do setor audiovisual. Igualmente, deu conta da redução do consumo da TV paga, frisou o crescimento de procura das plataformas digitais de distribuição de conteúdos (Serviços VOD), explicou que a utilização dos Serviços VOD na Europa é limitada em comparação com o atual desenvolvimento nos Estados Unidos da América. Acerca da produção de ficção para TV, que inclui a produção de séries, destacou o seu aumento. Porém, salientou que, a venda de bilhetes para cinema de produções europeia situa-se entre 25% a 30% de toda a procura. Referiu que a indústria de produção cinematográfica tem sofrido uma enorme pressão, nomeadamente, os orçamentos têm aumentado em resposta à concorrência suscitada pelos Serviços VOD, porém ocorrem constrangimentos na obtenção de financiamentos para o setor. Abordou as dificuldades de controlo, proteção

e gestão de direitos de autor. Abordou a dinâmica de fusões entre as maiores produtoras cinematográficas mundiais, designadamente no Estados Unidos da América, comportamento que, igualmente, se tem registado entres as produtoras europeias.

Hervé RONY, Diretor Geral da Sociedade Civil de Autores Multimédia, começou por frisar que a indústria criativa europeia gera substanciais receitas e é criadora de emprego. Defendeu que o apoio estatal à cultura contribui diretamente para o crescimento económico. Considerou que a transição digital é inevitável, porém, aludiu ao paradoxo em que o excesso de oferta elimina a capacidade de escolha, tal como analisou os seus efeitos no setor. Abordou os impactos da oferta cultural nas economias local. Frisou a preocupação com o défice de educação dirigido às temáticas culturais. Referiu a potencialidade da plataforma *Netflix* como difusora da produção audiovisual europeia, porém questionou a inexistência de uma plataforma europeia.

Christophe TARDIEU, Secretário-Geral da *France Télévisions*, iniciou a sua intervenção dedicando uma palavra de solidariedade à Ucrânia e aos jornalistas que estão a desenvolver a sua atividade no território. Explicou que os canais de televisão clássicos continuam a desempenhar um papel fundamental na vida em sociedade, deu nota do caso francês, em que 85% da população defende a manutenção de canais públicos. Fez referência à emergência dos *players* digitais e a preponderância das *smartTV*. Demonstrou preocupação com a possibilidade da TV pública ser colocada em segundo plano no controlo remoto das televisões. Abordou os investimentos anuais despendidos pelos canais públicos em criação, igualmente mencionou os projetos de coprodução envolvendo diversos canais públicos. Considerou que os canais de TV públicos desenvolvem produções de conteúdos de qualidade, a que se associada a criação de valor económico e de emprego. Concluiu aludindo à necessidade de preservar o modelo de difusão através da TV pública e todo o conhecimento subjacente.

Intervieram diversos parlamentos nacionais e entidades que destacaram a necessidade de desenvolver uma plataforma digital europeia de difusão e promoção cultural; questionaram a possibilidade de taxar as plataformas de conteúdos; frisaram a relevância de mecanismos de incremento de proteção dos direitos de autor e de propriedade intelectual; discutiram a relevância da diversidade cultural; abordaram a importância de atuação das entidades regulatórias. O Deputado **Jorge Paulo Oliveira** iniciou a sua intervenção partilhando o contexto das diversas indústrias culturais em

Portugal, frisou que o setor é constituído maioritariamente por particulares e micro-empresas, muito dependentes de redes informais e com perfil empresarial pouco reconhecido por parte dos bancos, investidores e governos resultando por vezes numa desvalorização em detrimento de outras atividades consideradas mais lucrativas. Mencionou que em 2018, o setor cultural e recreativo português gerou 5,3 mil milhões de euros, e também 3% (três por cento) de todos os empregos. Denotou que embora sejam números baixos, este é um dos setores com maior qualificação e potencial económico. Referiu, que à semelhança do resto da Europa, a pandemia em Portugal causou um impacto massivo e muito negativo neste setor, em que no final de 2020, este setor somou perdas superiores a 70% em relação a 2019. Defendeu que a recuperação do setor, deve ser conseguida através da utilização de diversos instrumentos. Em primeiro lugar financiamento. Considerou que a ideia de que os Estados-Membros da UE atribuem 2% dos fundos do Plano de Relançamento ao setor é bastante correta. Frisou que Portugal, caso contrário, infelizmente, não atingirá tal objetivo. Em seguida pelo empoderamento, e aqui explicou ser fundamental que os governos aprovelem medidas de proteção para os artistas e profissionais culturais. Mencionou que Portugal deu passos eficazes nesse sentido e aprovou um novo estatuto. Por fim, defendeu a necessidade de acelerar a transformação digital colocando mais recursos em plataformas *online*, mas, ao mesmo tempo, nunca esquecer que é importante garantir um sistema de remuneração justo para os artistas que criam e desenvolvem esses produtos e serviços.

SESSÃO II: A INDÚSTRIA ESPACIAL EUROPEIA E O DESAFIO DAS NOVAS QUESTÕES ESPACIAIS E DE DEFESA

Roland Lescure, Presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia Nacional Francesa, frisou que em 1960, com o lançamento do Sputnik no âmbito do programa espacial ucraniano teve início a corrida ao espaço. Frisou que a China, no ano de 2021, procedeu a 52 lançamentos espaciais, tornando-se no líder espacial global. Referiu que a globalização do espaço é o presente, gerando diversas variações, tais como turismo espacial e o aumento de aplicações relacionadas com o espaço, nomeadamente no campo da energia, aquecimento global e alteração da vida humana. Concluiu referindo que estamos numa nova era do espaço, de um espaço novo e que a União Europeia irá mobilizar a indústria espacial criando o «Espaço Europeu».



Françoise Dumas, Presidente da Comissão de Defesa Nacional e das Forças Armadas da Assembleia Nacional Francesa, referiu que o espaço é de elevada importância no âmbito da defesa, representando um lugar de confronto, como podia ser testemunhado presentemente na Ucrânia. Referiu também que as forças armadas estão a explorar o espaço, congestionando e militarizando-o. Frisou o elevado investimento na indústria espacial civil e militar, representando elevados desafios e desenvolvendo sinergias, também elas civis e militares. Para tal era necessário partilhar as boas práticas de forma a criar um espaço seguro nos dois âmbitos mencionados.

Claude Raynal, Presidente da Comissão de Finanças do Senado Francês, referiu a necessidade de investir no espaço, estimulando a inovação e criação de novas empresas e geração de novos contratos.

Bruno Lemaire, Ministro da Economia, Finanças e Recuperação do governo Francês, começou por manifestar o seu apoio ao povo ucraniano. Referiu que a Europa tem de ser independente em terra como no espaço de forma a garantir a sua existência. Não havia independência política sem independência tecnológica, logo, existe o elevado desejo de que o espaço represente uma prioridade da presidência francesa. Informou que a [Cimeira do Espaço de 2022](#) tinha sido um sucesso.

Timo Pesonen, Diretor-Geral - DG Defesa Indústria e Espaço da Comissão Europeia, aludiu ao fato de que a Europa se encontra num ponto de inflexão, tornando-se necessário unir uma Europa forte. Referiu que a Europa é uma potência espacial, sendo disso exemplo os programas Copernicus e Galileo (que considerou serem os melhores programas espaciais existentes). Frisou que a exploração espacial devia assentar em três pilares, nomeadamente, a economia, estratégia e geopolítica. Informou que em França, semanalmente, é criada uma start-up sobre o espaço, reforçando que este fato comprova a existência de contratos novos e aposta na inovação. Concluiu com a necessidade de investimento no desenvolvimento dos programas Copernicus e Galileo para que estes se mantenham na vanguarda mundial da «corrida ao espaço».

Xavier Pasco, Diretor da Fundação para Pesquisa Estratégica, referiu a existência de uma rede ao redor da terra que permite à humanidade ser projetada no espaço, permitindo que este venha a ser habitado. Aludiu ao fato de que, presentemente, existe um debate aceso de novos países e operadores sobre a «corrida ao espaço», sendo

que o interesse por esta se tem vindo a alargar. Reforçou a necessidade de disseminação da informação focada na indústria espacial *versus* indústria da informação.

Pascal Legai, Assessor de Segurança do Diretor da Agência Espacial Europeia, focou a globalização espacial, numa mudança de paradigma que, na sua opinião, significou uma mudança vinda de dentro (*change from within*) das instituições europeias. Afirmou que a Europa tem o dever de proteger a infraestrutura espacial com especial enfoque contra ataques cibernéticos e terrestres, sendo necessário proceder a um uso racional do espaço para atingir os objetivos definidos, tais como melhorar o planeta, oferecer opções sustentáveis, reduzir os conflitos na terra, consolidar a posição espacial europeia na exploração espacial com foco em Marte. Concluiu sustentando a necessidade de defender a Europa na concorrência pelo espaço.

Phillippe Baptiste, Presidente do Conselho de Administração do Centro Nacional Francês de Estudos Espaciais, afirmou que o espaço não pode continuar sem defesa e que o «New Space» está a ganhar impulso, resultando na aplicação de nova tecnologia ao espaço. Defendeu que a melhor maneira de aproveitar essas oportunidades é, nomeadamente, contribuindo para uma autonomia estratégica, procura de eficiência económica. Realçou a importância da diplomacia espacial; que o «New Space» precisa ser considerado uma prioridade no orçamento comunitário; que a Europa necessita ter uma cultura mais orientada para o espaço; que o espaço não pode ser uma ferramenta para controlo das pessoas; necessidade de exportar dados sobre o espaço e necessidade da política espacial servir os europeus.

Intervieram diversos parlamentos nacionais e entidades realçando a importância de haver políticas claras na exploração do espaço tanto no âmbito civil como militar. O **Deputado José Magalhães** afirmou que, com a invasão da Ucrânia, a Europa tinha sido confrontada com novos desafios. Afirmou que o espaço é atrativo, tendo os Estados Unidos da América, até ao presente dominado a sua exploração. Depois, afirmou que está a ter lugar uma revolução industrial do outro lado do oceano atlântico, mas não na Europa. A Europa está a dar os primeiros passos na exploração espacial, tendo o tema sido abordado de forma abrangente durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Realçou as divergências internas entre os diversos Estados-Membros, dando o exemplo da estratégia apresentada pelo Presidente da República francesa,

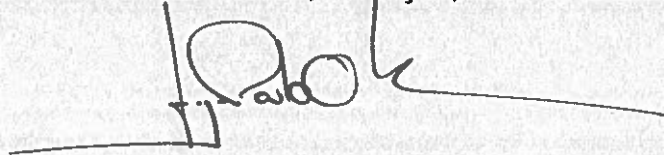
Emmanuel Macron, servia os interesses de França, mas não de Portugal, sinal da fragmentação da política europeia para o desenvolvimento e exploração do espaço. Realçou que essa fragmentação também está presente no que concerne ao orçamento alocado à temática espaço e que durante a Presidência Portuguesa tinha sido aprovado um orçamento sem precedentes para financiar e fortalecer o programa espacial europeu. O pacote sobre o espaço apresentado em fevereiro de 2022 pela Comissão Europeia terá certamente de ser atualizado, tendo em conta os novos desafios e a desordem na exploração espacial. Questionou se os Estados-Membros estavam a fazer o necessário para apoiar a Ucrânia na invasão que estava a ser alvo, invasão esta com recurso a ciberataques e ferramentas espaciais. Concluiu que a Europa necessita desenvolver inteligência específica sobre o espaço, não só reduzindo a dependência tecnológica dos Estado Unidos da América, como reforçando a cooperação com este aliado. Concluiu que o orçamento para a exploração espacial não pode ser aplicado em objetivos militares, continuando a Europa sem defesa militar, constituindo um alvo fácil. Está a ocorrer uma «militarização do espaço» por países que não respeitam a lei internacional, constituindo um perigo mundial.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Françoise Dumas, Presidente da Comissão de Defesa Nacional e das Forças Armadas da Assembleia Nacional Francesa, agradecendo a participação de todos.

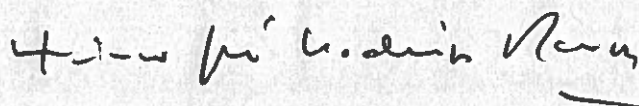
Assembleia da República, 2 de março de 2022.

O Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação,



(Jorge Paulo Oliveira)

O Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto



(Firmino Marques)